

**ENTREVISTA COM O DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELO
NAVARRO RIBEIRO DANTAS - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª
REGIÃO**

Nancy Moreira de Barros Freitas¹

Esta entrevista, parte da dissertação: Memória, Identidade e Justiça Social: vinte anos do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, **de Nancy Moreira de Barros Freitas, orientada pela Professora Doutora Sylvana Maria Brandão de Aguiar, para obtenção do grau de Mestre em Gestão Pública**, vem corroborar com os fatos que, depois da Constituição de 1988, houve uma abertura da Justiça Federal para a sociedade, e os mais diversos seguimentos sociais passaram a buscá-la, desde os empresários, que muitas vezes vem contestar impostos, exigências tributárias, até aquelas pessoas mais humildes que vem postular pensões, aposentadorias, benefícios de renda mensal vitalícia, benefícios de amparo social, porque nunca contribuíram para previdência, nunca tiveram essa condição, então, encontram essa esperança na Justiça Federal e, a Justiça Federal tem procurado corresponder à essa expectativa.

Nesta entrevista com o Desembargador Federal Marcelo Navarro, que assumiu a coordenação dos Juizados Especiais Federais por mais de três anos e se tornou um defensor dessa prática, pois, acredita que intensificou a presença da Justiça Federal na sociedade, e cada vez mais democratizando o acesso à justiça, uma contribuição muito efetiva para a cidadania.

ORIGEM / FAMÍLIA

1) Por favor, o seu nome completo e o de seus pais?

O meu nome completo é Marcelo Navarro Ribeiro Dantas. Meu pai se chamava Múcio Vilar Ribeiro Dantas, e minha mãe se chama Cleide Navarro Ribeiro Dantas.

2) Quando e qual a sua cidade de nascimento?

Eu nasci em 20 de janeiro de 1963 em Natal, Rio Grande do Norte.

¹ Mestre em Gestão Pública pelo Mestrado em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste (MPANE) da UFPE; Servidora do Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

3) Como foi a sua infância, Doutor Marcelo? Pode falar um pouco sobre sua cidade natal?

Minha infância foi muito feliz. Vivi minha infância inteira numa casa térrea, na Rua Apodi, que fica bem pertinho do centro da cidade de Natal. Era uma rua residencial, na época Natal era uma cidade pequena, tinha 250 - 300 mil habitantes talvez. Sou de uma família grande, somos sete irmãos – cinco mulheres e dois homens, portanto, minha casa sempre foi muito cheia, a gente foi do tempo que se brincava na rua, jogava futebol em terreno baldio, se faziam brincadeiras de “tica”, de pegador, esconde-esconde, 31 alerta, queimada, enfim. Eu brincava muito na minha própria rua, e também na Rua Princesa Isabel, que fazia esquina. Esta última era mais próxima do centro da cidade. Nesta casa, eu morei minha infância toda. Quando eu estava com 11 anos mais ou menos, a gente se mudou para a Avenida Prudente de Moraes, que hoje é uma via inteiramente comercial; mas, na minha época, ainda tinha muitas casas também; na Prudente de Moraes, passei minha adolescência até os meus 16 anos. E me mudei pela primeira vez para um apartamento na Avenida Deodoro, onde minha mãe mora até hoje, e neste passei minha juventude, o período de pré-vestibular, de Faculdade, depois disso foi a vida adulta.

4) Quer falar algo sobre os seus pais? E sua família hoje?

Meu pai foi a maior influência que eu tive na minha vida. Eu disse isso no meu discurso de posse aqui no TRF 5ª. E o grande amigo que fez a minha Saudação, que também foi muito amigo de meu pai, explicou isso de forma até mais detalhada, o que me fez chorar muito no discurso, pois me emocionei exatamente por causa dessa menção paterna.

Meu pai era advogado e membro do Ministério Público, junto ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte – TCE. Ele foi Procurador Geral do Ministério Público junto ao TCE durante muitos anos, fez um nome tão importante naquela casa, que hoje, ele dá o nome ao prédio, Edifício Múcio Vilar Ribeiro Dantas. Papai era um jurista, Professor Titular de Direito Constitucional da UFRN. Foi primeiro Professor Titular concursado da Faculdade, ensinou a vida inteira. Ensinou também na Faculdade de Jornalismo Eloy de Souza, que depois foi absorvida pela UFRN, sempre nessa área de Direito Constitucional e Ciência Política. Ele tinha também um lado, que esse eu não herdei, nem um pouco, de fazendeiro. Ele era um homem muito ligado à atividade agrícola, foi o fundador e também Presidente, por sucessivas vezes, da Associação dos Plantadores de Cana do Estado do Rio Grande do Norte, foi Vice-Presidente da Federação dos Plantadores de Cana do Brasil e membro do Conselho Deliberativo do antigo Instituto do Açúcar Estadual.

Papai tinha uma ligação muito grande com Recife; morou aqui um período durante sua infância, e voltou a morar na juventude, quando fez Faculdade. Ele se formou na Turma de 1951 da Faculdade de Direito de Recife, e foi colega de turma, entre outros, do Doutor João Cantarelli, marido da Desembargadora Margarida Cantarelli e do Doutor Francisco Brito Alves, pai do Desembargador Francisco Queiroz. Coisa interessante, que essa Turma de 1951 da Faculdade de Direito do Recife, tem uma ligação, então, com três dos quinze Desembargadores aqui do TRF 5ª Região.

Minha mãe tinha o curso Técnico de Contabilidade; possuía uma grande vocação para a medicina, que não se realizou, porque naquela época era muito difícil para uma moça, não apenas fazer medicina, mas sair, porque não havia Faculdade de Medicina ainda em Natal na época em que minha mãe chegou na idade de prestar o vestibular; além do curso Técnico de Contabilidade, que ela praticamente não chegou a exercer, foi sempre Dona de Casa, muitos filhos, uma mãe muito amorosa, e que, hoje em dia, eu tenho uma saudade muito grande de ambos, de papai porque faleceu no ano de 2000 e mamãe porque infelizmente ela padece do Mal de Alzheimer, a memória dela, praticamente não existe mais. Então, de certo modo, eu tenho e não tenho minha mãe ...

Quanto aos meus cinco irmãos, a mais velha, Maria Helena, é pedagoga; a segunda, Maria Cleide, farmacêutica e professora da UFRN, é Mestra e Doutora em Farmácia e Bioquímica; a terceira Maria Neuza, que é também pedagoga; a quarta Maria Célia é farmacêutica. Essa influência da pedagogia decorre de alguma maneira, do fato de meu pai ter sido professor; a farmácia, por causa de meu avô, pai de minha mãe, que era farmacêutico formado, numa época em que pouquíssima gente se formava em Farmácia. Ele foi dono de uma farmácia muito tradicional em Natal, chamada Farmácia Navarro; foi Professor do Atheneu Norte Riograndense; foi fundador do Conselho Regional de Farmácia e é o Patrono do Conselho Regional de Farmácia do Rio Grande do Norte, cuja Presidente é essa minha quarta irmã, Célia, que também é professora da UFRN.

Depois de Célia vem Múcio, meu único irmão homem, que é Agro pecuarista, de alguma maneira pegou esse lado fazendeiro de papai; Eu e por último, Mônica, que é minha irmã mais nova, que é enfermeira. Então, é uma família meio que dividida entre o direito, a pedagogia e a farmácia.

Mas, nas novas gerações, meus sobrinhos, por exemplo, a quantidade é muito grande de sobrinhos e sobrinhas formados em direito, servidores da Justiça, do Ministério Público; e meus filhos também, o mais velho deve estar se formando em direito no ano que vem; e a mais nova, que eu só tenho dois filhos, Marcelo e Helena, também está seguindo a carreira

jurídica. E também minha mulher se formou em direito, a Maria Ariadna, com quem me casei em 1984, então já vou fazer bodas de prata no ano que vem.

Ariadna formou-se em pedagogia, e posteriormente em direito. Ela também é de uma família da área jurídica. Meu sogro, José Vasconcelos da Rocha, é Desembargador aposentado do TRT da 11ª Região, que é área que jurisdiciona o Rio Grande do Norte. Foi advogado e Desembargador pela vaga do quinto da OAB, e hoje voltou a advogar depois que se aposentou. Eu tenho um cunhado, Eduardo, irmão de Ariadne, que é também advogado. Logo, no lado da família da minha mulher, também tem muita gente da área jurídica.

VIDA ESCOLAR

5) Como foi sua vida escolar? A sua primeira escola, sua professora. Algum fato importante a destacar?

Hoje em dia, as crianças vão muito cedo para a escola. A transição entre a creche, o berçário e o jardim de infância praticamente não existe mais. No meu tempo, não. No meu tempo, as crianças iam para a escola com seis anos de idade. Mas, eu até que fui muito cedo, eu fui para escola com quatro anos de idade, para fazer o maternal; em Natal, há uma escola muito conhecida, a chamada Escola Doméstica de Natal, que é inspirada naquelas escolas suíças para moças; ela preparava a mulher dentro daquela visão da primeira metade do século passado, para ser uma boa mãe, uma boa esposa, cuidar bem dos filhos; então tinha aula de puericultura, e tal, e era uma que nunca foi mista, sempre só para moças, uma farda, um uniforme branco, de saia de pregas; mas, a escola era mista no pré-escolar, tinha maternal, jardim e naquele tempo o que se chamava de intermediário, não sei como é hoje. Bom, pouca gente fora de Natal sabia que a Escola era mista no maternal. Eu fiz o maternal na Escola Doméstica, e depois saí. Fiz meio que pré-primário numa escolinha pequena, ficava na minha rua e nessa escola eram crianças de várias séries, então no ano seguinte, já entrei no 1º ano primário no Instituto Montessori; e do 3º ano primário até o pré-vestibular, fiz no Colégio Marista de Natal, que na época se chamava Colégio Santo Antonio Marista de Natal.

Mas, o fato de eu ter feito o maternal na Escola Doméstica produziu um episódio curioso. Muitos anos depois, eu já com vinte e seis anos, passei no concurso para Procurador da República e tive a felicidade de passar em primeiro lugar, um concurso nacional, e saiu nos jornais “Potiguar passa em 1º lugar nacional no concurso para Procurador da República”, etc... Naquele tempo, a Procuradoria da República fazia não apenas a função de Ministério Público, mas também a de Advocacia da União, enquanto não se criou e implantou a AGU.

Então, nós procuradores da república éramos, por exemplo, muito convidados para solenidades militares e costumávamos ir às solenidades no Dia do Exército, essas coisas. Houve uma solenidade na Brigada Militar lá de Natal, Generais, Coronéis, Almirantes, Brigadeiros, como costuma acontecer nessas ocasiões, e essas pessoas, todos de fora de Natal, não sabiam que a Escola Doméstica era mista no pré-primário. E daqui a pouco, chega D. Noilde Ramalho, que era a eterna diretora da Escola Doméstica. D. Noilde é um exemplo de educadora, de cidadã, pessoa fantástica, e ela, só para eu lhe dar uma idéia, ela foi diretora quando minha mãe estudou na escola. Minha mãe tem 80 anos. D. Noilde, se a Senhora assistir este vídeo não vá ficar com raiva de mim, porque as pessoas vão poder calcular a quanto tempo a Senhora está nessa função de diretora (risos). Mas, D. Noilde gosta muito de mim, e eu estava lá no palanque esperando a solenidade começar, junto com os oficiais, ela chegou bem efusiva, me abraçou e me disse “Marcelo fiquei tão feliz, quando eu soube de sua aprovação nesse concurso, que coisa boa, um ex-aluno da Escola Doméstica” (risos). Os militares todos me olharam assim de esguelha: “Que história é essa?”. Então, é uma coisa interessante (risos), eu contei esse fato num livro. Foi feito em homenagem a D.Noilde, várias pessoas lá de Natal escreveram, e eu escrevi um depoimento sobre a Escola Doméstica, que me marcou muito, porque foi meu primeiro contato com a vida escolar, com colegas, com a escola; tem um pátio e um jardim muito bonito, é uma verdadeira fazenda dentro da cidade, uma extensão muito grande. No tempo que estudei lá tinha vaca, tinha tudo dentro da escola, então àquilo era uma festa para crianças. E eu contei esse fato no meu depoimento sobre a escola e relembro essa coisa engraçada que aconteceu com D. Noilde. Mas, de verdade, o grande colégio da minha vida foi o Colégio Marista, a ele eu devo efetivamente muito da minha formação; passei quase minha vida de estudante no Colégio Marista. Fiz grandes amigos, as minhas amizades mais longas, mais profundas, que eu tenho até hoje, são do tempo do Colégio Marista.

6) O que motivou sua escolha pelo curso de Direito? Alguma influência familiar ou de amigos? Existiu algum episódio que favoreceu a escolha?

Olha isso é interessante, porque a influência familiar na escolha da profissão é inegável. No entanto, ela não existe como muitas pessoas pensam assim, por exemplo – meu pai alguma vez ter dito –“Olhe eu queria que você fosse advogado, eu queria que você fosse da área jurídica” – nunca aconteceu, como aliás não aconteceu da minha parte com relação aos meus filhos; eu acho que há uma coisa natural, de buscar aquilo que desde pequeno, assistir, ver, admirar e conviver. Então, eu me lembro de papai falando, lembro de ter

assistido aulas de papai na antiga Faculdade de Direito, que era um prédio muito bonito, que ainda hoje existe no bairro da Ribeira em Natal, e que durante muito tempo ele foi emprestado e serviu para outras funções. Foi recuperado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, para o patrimônio, mas, ainda não está fisicamente recuperado, e se espera que alguém possa recuperar, restaurar e instalar ali, não uma faculdade que não cabe, é um prédio que efetivamente não teria como comportar o curso de direito, mas, pelo menos algumas unidades para que aquilo se reintegrasse no patrimônio imaterial da comunidade jurídica do Rio Grande do Norte. Eu me lembro daquilo, me marcou, por exemplo, muito eu ter assistido uma solenidade de colação de grau de uma turma da Faculdade de Direito em que papai foi paraninfo e fez um discurso, os amigos de meu pai que muitos eram professores de Direito, advogados, juízes, freqüentavam a minha casa, que sempre teve uma biblioteca muito grande, papai tinha uma biblioteca que era considerada a maior biblioteca particular de Direito em Natal. E essa vivência toda, evidentemente, influenciou, mas eu acho que ajudou o fato de eu sempre ir muito bem em disciplinas que tinham mais a ver; por exemplo, eu nunca gostei de matemática, física, mas sempre gostei muito de português, história, geografia, sempre gostei muito de falar e falo demais. Não sei se minhas respostas vão caber nesse depoimento. Eu sempre fui um bom aluno, não posso negar.

VIDA PROFISSIONAL

7) Gostaria que contasse um pouco sobre sua trajetória profissional até chegar ao TRF 5ª Região?

Bom, eu vim para aqui, através quinto do Ministério Público, então isso já é uma diferença interessante; mas, o mais incrível é que eu nunca imaginei ser juiz e na verdade, eu nunca nem tinha imaginado ser do Ministério Público. Meu grande sonho era advogar; não era mais a questão de se influir, mas a questão de orientar e de aconselhar. Meu pai sempre dizia: “Meu filho, se você quer advogar ótimo”, porque já desde a faculdade eu vivia dentro do escritório, via meu pai advogando, que apesar de ele ser membro do Ministério Público, naquela época os membros do Ministério Público podiam advogar, ele era um dos antigos e tinha isso como direito adquirido o que foi sendo respeitado pelas constituições subseqüentes. Mas meu pai sempre dizia, “Mas é bom que, você tenha algum vínculo que lhe dê um rendimento fixo, porque advocacia é muito insegura”, e Natal sempre foi uma cidade e acho que ainda hoje é com um campo para advogado que esta bem aquém do necessário, se comparar, por exemplo, com o campo de Recife e de outras cidades de igual porte. Então ele

sempre me passou essa preocupação de que eu tivesse um fixo e complementasse com advocacia; ora, eu sempre achei muito interessante a idéia de ser procurador do Estado. Porque não advogado da União? Porque, na verdade, não existia advocacia da União, no que se referia a ela, era procuradoria da República e isso já implicava a idéia de Ministério Público, hoje muito simpática, por exemplo, aos jovens; uma grande parte de meus alunos deseja ir para o Ministério Público; mas no meu tempo, a idéia do Ministério Público era advogado de acusação, e isso não era tão atrativo. Eu conheci pouca gente da minha época que queria ser do Ministério Público, tinha uma colega de faculdade que desde o dia que ela botou o pé dentro da faculdade dizia que queria ser promotora, mas isso era uma raridade. Hoje não, hoje você vê jovens estudantes de Direito que desde o início querem ser promotores ou procuradores da República; no meu tempo não, a grande coisa era advogar ou ser juiz, já também um número menor. Então a minha idéia era ser Procurador do Estado, mas eu tive azar, porque eu me formei e não aparecia esse bendito concurso para Procurador do Estado; e eu me casei muito cedo, casei logo que me formei, fui fazer um mestrado em São Paulo, na PUC, onde depois fiz o doutorado, e quando eu voltei, eu precisava ganhar dinheiro, precisava me estabilizar de uma forma mais urgente, minha esposa já estava grávida; acabei fazendo concurso para Promotor de Justiça. Eu não me adaptei tão bem quanto eu imaginava, e findei pedindo exoneração com 10 meses de promotor. O Procurador Geral de Justiça, na época, não quis me dar exoneração, disse que eu fosse falar com o Governador do Estado, porque ele disse que eu era uma pessoa muito conhecida e tinha passado em primeiro lugar e ninguém ia entender. Mas, eu saí do Ministério Público e depois voltei a advogar, e tive uma passagem, a meu ver muito marcante, como Procurador Geral da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte, durante a constituinte estadual. Nessa altura, um grande amigo que eu até já mencionei aqui, mas não disse o nome dele, Armando Holanda, o advogado que fez a minha saudação quando eu cheguei ao Tribunal, era Procurador Chefe da Procuradoria da República e disse: “Marcelo, porque é que você não faz o concurso para Procurador da República, é uma carreira muito interessante, e é federal”. E eu resolvi fazer, não era bem o que eu queria, pois o que eu queria mesmo era ser Procurador do Estado para poder advogar. Ainda assim, fiz o concurso, e passei também em primeiro lugar; eu fui colega de concurso de muitos colegas que hoje estão aqui na justiça, o Dr. Edílson Nobre, que é juiz federal no Rio Grande do Norte, o Dr. Valter Nunes, que é juiz federal do Rio Grande do Norte, o Dr. Paulo Cordeiro que é juiz federal em Alagoas, o Dr. Edvaldo Batista que é juiz federal aqui em Recife; foi um concurso de procuradores da República, muito dos quais findaram optando pela carreira jurídica em concurso posterior, ou chegaram ao judiciário através do quinto, como no meu

caso e no da Desembargadora Consuêla, do TRF da 3ª Região. Então, eu fui para o Ministério Público Federal, e lá eu gostei muito, me envolvi com as atividades do Ministério Público, fui diretor da Revista da Procuradoria Geral da República durante cinco anos; enfim, fui construindo uma carreira dentro do Ministério Público Federal, fazendo grandes amizades lá. Mas, minha carreira no Ministério Público Federal teve certo desvio, que foi o seguinte: num determinado momento, quando houve a estruturação dos TRF's, simetricamente foram criados dentro do Ministério Público as Procuradorias Regionais da República, e a idéia era de que os procuradores que fossem sendo promovidos a Procurador Regional fossem aproveitados nas respectivas regiões, então eu imaginava que eu ia ser promovido para Procurador Regional da República na Procuradoria Regional aqui da 5ª Região em Recife; mas, o quadro estava completo e na época o Procurador Regional pernambucano, o Dr. Geraldo, nos promoveu e disse que nós ficaríamos prestando serviço em Primeira Instância e ele iria reestruturar as procuradorias. Eu imaginei que esse problema se resolveria, mas não se resolveu e quando saiu a minha lotação, ela saiu para o Rio Grande do Sul para 4ª Região, o que representaria uma mudança muito radical na minha vida. Eu tentei encontrar uma solução, buscando ao menos assumir em Brasília, porque Brasília seria o fim de carreira no momento em que eu viesse a pode ser promovido, por exemplo, a Sub-Procurador Geral, mas não deu certo. Era o Rio Grande do Sul ou nada e eu resolvi renunciar à promoção, então eu voltei a ser Procurador da República, e na minha cabeça eu iria completar o meu tempo, me aposentar e finalmente voltar a advogar. Mas surgiu a vaga do Doutor Nereu Santos aqui, e eu comecei a ser estimulado a concorrer, e esse estímulo nasceu aqui de dentro do Tribunal. Conversei com minha família e me estimulei para concorrer, e findei vindo para cá.

8) Fernando Pessoa diz: “[...] Deus quer, o Homem sonha e a Obra nasce [...]”

Em relação às aspirações criadas ao ser empossado Magistrado do Tribunal Regional Federal da 5ª Região poderia citar alguma que se tornou realidade?

Eu disse, em meu discurso de posse, que continuaria combatendo da mesma forma como combatia no MP, eu só iria mudar de trincheira; que iria continuar lutando por uma jurisdição mais efetiva, mais rápida, contra a impunidade; acho que eu tenho conseguido realizar essas aspirações, na medida das minhas limitações, que são as limitações de qualquer operador do Direito. Eu lembro também que no mesmo poema, Pessoa diz: “De mim eu só posso responder pela obra feita, o por fazer é só com Deus”. Então, eu deixo nas mãos dele.

VISÃO TEMÁTICA

9) Pediria que falasse um pouco como está sendo sua atuação como Magistrado do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e como Coordenador Regional dos Juizados Especiais da 5ª Região. Pequenos detalhes que marcaram, que deveriam ficar para História da Instituição.

Olha, essa atividade de Coordenador dos Juizados Especiais foi, e está sendo, visto que estou praticamente no final do meu período, ontem nós elegemos o Doutor Rogério Fialho como o novo Coordenador dos Juizados, uma das experiências mais ricas e mais gratificantes, porque, eu não tendo sido juiz de primeira instância – eu não gosto de dizer que eu não sou juiz de carreira, pois eu sou juiz de carreira, estou no topo dela, eu não fui juiz de 1ª instância, porque fui procurador e me sinto legítimo como qualquer outro colega, porque eu fui investido na forma prevista pela Constituição. O fato de eu não ter sido juiz de 1º Grau, evidentemente, chegando ao Tribunal, me impunha a tarefa de conhecer os colegas de 1ª Instância, seis estados, cinco, porque os do Rio Grande do Norte eu conhecia, já que eu funcionava junto a eles como Procurador da República, onde também muitos foram meus alunos, outros foram meus colegas; mas, eu precisava conhecer os juízes do Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e de Sergipe, e foi ótimo, eu ser investido na Coordenação dos Juizados, porque me deu essa oportunidade. Eu visitei, tive contato, me reuni com juízes de toda 5ª Região; por exemplo, nas varas do interior, quase são de Juizados Adjuntos, ou seja, elas também funcionam como Juizados Especiais, isso faz com que quase todos os Juízes Federais do interior na 5ª Região sejam juízes que mantêm comigo um contato muito estreito, pelo fato de eu ser o Coordenador dos Juizados; próximo ao término de meu mandato, o Presidente propôs sua prorrogação, para se igualar ao da mesa e como isso foi feito, eu fiquei mais um ano e pouco. Então, eu estou a mais de três anos nisso, e tenho hoje, graças a Deus, uma identificação muito grande com os Juizados Especiais Federais, de que me tornei um defensor, além de criar um carinho muito grande por eles. Essa posição me deu uma das maiores alegrias como magistrado, que foi receber o Prêmio Inovare, em 2006, pelo nosso Sistema de Processos Informatizados, que é uma coisa que esse Tribunal tem e que é algo de que agente pode realmente se orgulhar, não para engrandecer ninguém, mas sim a justiça, porque vemos o resultado. Eu também fiquei muito feliz quando foi inaugurado o Fórum dos Juizados Especiais Federais, voltado inteiramente para atender as pessoas mais pobres, aquelas que mais precisam. Antigamente, quando um pobre dizia, “vou procurar meus direitos”, ele estava indo para a Justiça do Trabalho, na época das antigas Juntas, mas, hoje, quando um pobre diz, “vou procurar meus direitos”, ele pode estar falando que vai para a

Justiça Federal, para os Juizados Especiais Federais. Então, essa aproximação da justiça com o povo, ou seja, com o cidadão, com a clientela, justiça para quem precisa de justiça, isso é uma satisfação muito grande que eu tenho com os juizados. Eu tenho um carinho muito grande com os juizados, e fiquei muito feliz de se ter escolhido o Rogério, que é o primeiro Desembargador, aqui do Tribunal, que foi juiz de juizado, que vai ser um coordenador, eu espero, muito melhor do que eu fui, porque ele teve a experiência vivencial de ser Juiz de Juizado e ele foi um dos grandes colaboradores para desenvolver esse nosso sistema informatizado de processos. Então, isso só tende a crescer, mas eu jamais vou me esquecer desse período da Coordenação dos Juizados, tão rico para mim.

10) Podemos dizer que a justiça social esta sendo feita?

Eu não tenho dúvida disso. Quando você vê uma velhinha que está precisando de um benefício previdenciário, que as vezes o INSS não concedeu ou cortou, uma criança precisando de um amparo social e que obtém através dos juizados, a correção de uma injustiça, isso é muito gratificante, ver aquelas pessoas, saindo ali do Fórum da Dantas Barreto com um sorriso no rosto, por vezes sem acreditar que a justiça possa ser tão rápida, tão célere e com tanta qualidade, sem burocracia, sem papel. Os advogados que são os lares do sistema, inclusive muitos que tinham de inicio certa reserva; de fato, ficamos um pouco preocupados, nos perguntando: “Será que esse negócio vai dar certo? E se o sistema cair? E os *‘hackers’*?” Mas, quando nos tornamos usuários, dizemos: “Isso é uma maravilha, espero que essa sistemática vá se estender para toda a justiça”. E é a nossa esperança, que toda a justiça venha a se informatizar em poucos anos, e acho que é isso que vai acontecer.

11) Que importância política e social o Senhor atribui à criação do TRF 5ª Região, há quase vinte anos?

Uma importância enorme. Porque você tinha a Justiça Federal centralizada, as decisões de cúpula eram centralizadas no antigo Tribunal Federal de Recursos, que foi um dos grandes tribunais da História do Brasil. O Tribunal Federal de Recursos é em grande medida responsável pelo grande nome que a Justiça Federal tem, pelo grande conceito que ela possui. Mas, na própria constituição de 1946 se previa a regionalização, se previa que fosse criado pelo menos um Tribunal com sede em Recife, então a semente do nosso Tribunal Regional Federal da 5ª Região é anterior a 1988. Mas ela se viabiliza com a divisão do TFR em cinco TRF's. Muita gente acha que o TFR foi transformado em STJ. Não é nada disso. O STJ é um acordo inteiramente novo foi criado com a Constituição de 88, a partir de pedaço da

competência antiga do Supremo. A competência do antigo Tribunal Federal de Recursos foi simplesmente repartida geograficamente em cinco. Apenas a composição originária do STJ aproveitou os antigos Ministros do Tribunal Federal de Recursos, e a essência de sua atividade jurisdicional foi dividida em cinco. E, evidentemente, de uma corte regional composta, em sua grande maioria, no caso do Tribunal da 5ª Região, de pessoas ligadas à região, conhecedores da realidade local. Eu acho isso muito importante. Com a criação do Tribunal Regional Federal, há uma aproximação maior da Justiça Federal com a sua clientela jurisdicional e uma localização do centro de decisões mais próximo do lugar onde as coisas acontecem. Então, nota-se sensivelmente um incremento e uma melhoria de toda estrutura da Justiça Federal na região a partir da instalação do Tribunal. E, nos últimos anos, principalmente a partir da Administração da Desembargadora Margarida Cantarelli, porque existia uma interiorização muito pequena aqui, nós só tínhamos praticamente varas no interior, aqui em Petrolina, e na Paraíba, em Campina Grande, já de seis anos, sete anos para cá, há um crescimento na interiorização que aproxima ainda mais a Jurisdição do público.

12) Durante sua atuação neste Tribunal, poderia citar alguns julgados que considera mais relevantes para o Tribunal e/ou para Sociedade? E quais desses poderiam estar num Espaço Memória do TRF 5ª Região com objetivo de servir a pesquisas de estudantes, acadêmicos e público em geral?

Há vários. Completei cinco anos Desembargador aqui, tomei posse dia 03 de dezembro de 2003. Acho que o processo, talvez o mais marcante para mim, desses meus anos de juiz, fiz agora no começo do mês, foi o processo do desvio da merenda escolar em Alagoas, que é um processo que ainda não está concluído, um processo que nós recebemos a denúncia, houve recentemente um julgado e o Tribunal afirmou não ser mais necessária a realização das sessões em sigilo, mas mantendo o sigilo dos Estados nos autos; é um processo muito importante, que não tem um julgamento final, foi a primeira grande operação decretada por um Desembargador aqui na região, e embora eu tenha dificuldades enormes pelo volume do processo, basta dizer que os autos chegaram vindo numa caminhonete três quartos, não é um caminhão pequeno, depois nós desmembramos esse processo, ficamos com os réus que têm privilégio de foro e os demais retornaram para a 1ª Instância. Mas, esse processo com certeza, até pela curiosidade do volume, porque ocupa uma pequena sala, os volumes de autos e de anexos, de caixas, etc., esse é um processo, sem dúvida nenhuma, histórico. E tem vários outros, por exemplo, o processo do Foral de Duarte Coelho, que nós decidimos aqui na 4ª Turma que Olinda é, efetivamente, a dona de áreas inclusive daqui dentro de Recife e que não

precisa pagar sequer laudêmio a União. Então, esse é um processo muito interessante, já foi objeto até de reportagem. Este ano nós tivemos um processo interessantíssimo que foi o processo relativo ao custo da energia da Celpe. Um processo também que deu muito trabalho, porque eu fui obrigado a estudar muito matéria não-jurídica, referente às peculiaridades do mercado de energia, e esse julgado também poderá ter repercussões em outras situações semelhantes; mas nenhum desses processos está encerrado, então ainda não podem ir para o Espaço Memória. Alguns deles, inclusive, não houve julgamento aqui, outros já houve, mas há recursos para Tribunais Superiores, etc.

13) Pela sua experiência, gostaria que dissesse se é possível ao magistrado ser sempre imparcial diante da influência da opinião pública, dos movimentos sociais e dos outros Poderes? Pode falar um pouco sobre o tema?

Olha, em primeiro lugar é preciso que se delimite um conceito de parcial, e do que é que se entende por imparcial. Imparcial um magistrado precisa ser, no sentido jurídico processual do termo. Ele não estar vinculado a interesses das partes em conflito, e os códigos de processo civil e penal eles prevêm as situações em que o magistrado não pode atuar por impedimento ou suspeição. Se o magistrado não incide em nenhuma dessas hipóteses, então ele deve ser sempre imparcial. Agora, há um conceito mais amplo de imparcialidade que é, em verdade, impossível, quer dizer, a pessoa não pode ser neutra em relação ao mundo. Há um filósofo espanhol, chamado Jose Ortega y Gasset, que diz uma frase lapidar: “Eu não sou eu, eu sou eu e as minhas circunstâncias”. Eu sou eu e a família que eu nasci, as crenças que eu tenho, os livros que eu li, os filmes a que assisti, os amigos com quem eu convivo, as minhas opiniões filosóficas, políticas, ideológicas, literárias, até o meu gosto pessoal, até as inclinações do meu temperamento, fazem com que eu não seja neutro e nem possa ser. Homem nenhum é inteiramente neutro. O nosso eu é um manancial, é um universo de influências dentro do qual estão também os movimentos sociais, os outros poderes, as idéias, os conceitos e infelizmente até os preconceitos que em alguma medida nós temos, a gente luta contra eles, mas provavelmente todos nós temos alguns preconceitos e em alguma medida a respeito de tudo que nos cerca. Então, os romanos diziam: “Cada cabeça, uma sentença”, justamente por isso. Muita gente acha até engraçado quando vê, por exemplo, aqueles juizes britânicos, com aquelas “peruquinhas” brancas... a idéia da “peruquinha” branca e da veste talar preta é para que as pessoas que são tão diferentes em sua essência, embora mantendo a identidade essencial de pessoas, que elas possam pelo menos se assemelhar vistas de longe

como sendo aquelas figuras que se igualam pela “peruquinha” branca, então desaparece o cabelo de um, a careca de outro, a cor da pele, etc., e isso evidentemente é simbólico.

14) Diante da condição de Magistrado, alguma vez já proferiu decisão contrária ao seu sentimento pessoal de Justiça?

Olhe, essa também é uma questão cuja resposta é relativa. Às vezes, você é obrigado, por exemplo, a uma decisão vinculante do Supremo Tribunal Federal, e eu não posso me furtar. Às vezes, a própria jurisprudência nossa aqui se firma numa direção em que não vale a pena ficar dissonante, porque às vezes, por ficar dissonante, você dá margem a um recurso que vai atrasar mais ainda a parte que findará ganhando aquela tese que ela defende que pode ser contrário ao seu sentimento pessoal. Então, muitas vezes, a gente registra o nosso convencimento e diz “Olha, eu entendo diferentemente, mas não posso fazer nada e vou seguir isso aqui...” porque você tem que sopesar também o fato de que, se todo mundo já entendeu diversamente de você, você não pode ser como a mãe daquele soldado que quando vê o filho desfilar todo garboso comenta com a amiga: “Olha, meu filho é o único que está andando certo, é o único que está marchando certo de todo batalhão...”. Então, às vezes a gente tem que admitir que esteja errado mesmo.

15) Durante sua trajetória no TRF, lembra-se de algum fato marcante envolvendo a relação da atuação da OAB, do Ministério Público Federal, da Defensoria Pública Federal ou de algum outro órgão que mereça um destaque especial?

Ah, muitos casos. Ao longo da minha vida, eu acho que eu seria até injusto se eu destacasse um episódio só. Por exemplo, no Ministério Público Federal eu atuei para retirar as barracas da Praia de Ponta Negra, que é um cartão postal da minha cidade, e essa foi uma luta muito difícil porque não havia ainda uma grande consciência ambiental na época que eu dei início a esse processo, no começo dos anos 90; muita gente dizia “Você vai tirar o pão de cem famílias de barraqueiros”. Só que eu estava consciente de que aquilo ali era uma atividade ilícita. Primeiro, porque não eram pessoas pobres, tinha muita gente grande por trás, que comprava as barracas e utilizava como testa de ferro e depois porque eu sabia, de ciência certa, que havia absurdos, por exemplo, havia fossas, fossas à beira mar, e eles negavam. Mas essa luta foi vitoriosa, as barracas foram retiradas. No dia que passaram para retirar as barracas, as filmagens da televisão comprovaram o que eu tinha dito, as fossas, os ratos pulando, negreando na beira da praia, quer dizer, a pessoa com uma fossa, com fezes, com tudo quanto há de imundice, e uma criança pequena brincando de fazer castelinho de areia

cem metros a frente. Isso não podia continuar. Então uma coisa que eu me sinto muito feliz, por exemplo, quando eu passo na praia de Ponta Negra, e eu lembro como aquilo era, e como é hoje, sinto que o trabalho do Ministério Público Federal pôde ser importante... isso me dá um orgulho muito grande.

16) Como avalia a fiscalização exercida pela Ordem dos Advogados do Brasil em face da conduta ética de seus filiados?

A Ordem hoje, eu acho que ela está passando por um momento delicado, até internamente. Durante muito tempo, a OAB foi muito mais do que uma corporação profissional. Não era Ordem exclusiva dos advogados, era muito mais que a Ordem dos Advogados do Brasil. Ela era mais do Brasil do que dos advogados, na luta contra o regime autoritário, por exemplo. Depois que essa luta passou, a Ordem está precisando, a meu ver, se reencontrar, exercer a sua atividade que hoje se torna muito mais difícil, porque essas grandes bandeiras de causa cívicas, elas estão digamos assim mais disseminadas, a própria sociedade se organizou de outras formas, em muitos segmentos, então a Ordem não tem mais aquele papel de proeminência que ela tinha no passado; o MP tomou a frente de muita coisa também, e em relação à advocacia, têm-se uma tarefa hercúlea, porque você tem milhares e milhares de cursos de Direito em cada esquina e por mais que haja fiscalização e haja controle...recentemente, a Ordem e o Ministério da Educação estão apertando esse controle, mas ainda assim se forma muita gente sem a qualificação devida, tanto é que a Ordem é obrigada a endurecer cada vez mais o gargalo do seu Exame, e infelizmente a quantidade de advogados é muito grande e onde tem muita gente o percentual de pessoas capazes de fazer bobagem vai aumentando também. Então, há alguns problemas, e efetivamente os controles precisam ser aperfeiçoados, mas a Ordem dos Advogados do Brasil é uma das instituições mais importantes da nossa sociedade civil, e eu espero que ela continue sendo e que no futuro ela consiga mais e mais assumir os papéis que lhe cabem.

17) E as recentes operações da Polícia Federal e sua ampla divulgação na mídia?

Olha, eu acho que há uma dificuldade muito grande de percepção em relação a esse fenômeno; que há exageros, é inegável, isso hoje é consensual em todas as áreas, acredito até que dentro da própria polícia já esta se formando a idéia de que houve esses exageros; mas, a mídia também tem dificuldade de processar determinadas notícias de caráter jurídico. Diz-se sempre: “a Polícia prendeu” e mais adiante “O Juiz soltou”. A polícia não pode prender

ninguém, desde a Constituição de 1988, a não ser em flagrante delito ou mediante ordem escrita da autoridade judiciária competente. Então, em todas essas operações, a polícia está apenas cumprindo ordens determinadas por Juizes, Desembargadores e Ministros. Então, quem está prendendo é a Justiça. E porque solta? Porque se é para soltar então não deveria ter prendido. Mas acontece que as prisões ou são temporárias, características de casos extremos, quando alguém basicamente poderia frustrar uma investigação, ou são preventivas, simplesmente para preservar, por cautela, determinadas situações; não se pode imaginar que alguém possa ficar preso indefinidamente, como se estivesse pagando pena adiantada, se ele ainda não teve o devido julgamento. Então, a mídia precisa informar à população que essas prisões não devem ser definitivas.

18) A jurisprudência deste Tribunal pode ser considerada pioneira, em nível nacional? Por favor, indique em que área.

Em alguns casos sim. Olhe, salvo engano, aqui, pela primeira vez, se declarou a inconstitucionalidade do bloqueio dos cruzados. Em vários aspectos, nós adiantamos tendências jurisprudenciais. Por exemplo, uma solução que nós demos aqui regimentalmente à questão dos pedidos de vista, que em muitos Tribunais, até no próprio Supremo Tribunal, o sujeito pedia vista e ficava meses e até anos e com isso o julgamento não seguia. Nós criamos, e hoje isso tem uma regulação a partir da emenda constitucional 45 de 2004, mas antes disso nós resolvemos a questão regimentalmente, de uma maneira, ao meu ver, inteligentíssima, até melhor do que as normas legais e constitucionais posteriores vieram a trazer, estabelecendo que aquele que pedir vista e não trouxer o voto vista no prazo, ele fica com a pauta trancada e não pode relatar mais nada. E todo mundo vai querer que sua pauta esteja liberada para não acumular serviço. Gerou uma responsabilidade maior se pedir vista. Hoje, se pensa duas vezes em pedir vista, porque se sabe que vai ficar com aquele assunto premente ali.

Mas teve também, na área previdenciária, determinados tipos de benefícios concedidos pela primeira vez aqui, nos Juizados Especiais; essa idéia que depois ficou incorporada pelo Código de Processo Civil de se permitir o julgamento antecipado, mesmo quando antes da contestação nas questões repetitiva, foi uma idéia que surgiu nos nossos Juizados Especiais. Então, tem muita coisa que eu acho importante aqui do Tribunal.

19) Pela sua experiência, a jurisprudência do Tribunal é mais favorável à União ou mais benéfica ao contribuinte e/ou beneficiado?

É difícil dizer isso. Depende de qual seja o assunto. Em determinados assuntos, a jurisprudência do Tribunal decide mais favorável ao Estado, mas em outros ela tem sido amplamente mais favorável ao cidadão, ao contribuinte ou ao consumidor. Então, é difícil estabelecer uma linha geral para isso, por que muda muito em face do tema específico.

20) Poderia opinar sobre esta metodologia da História Oral que hoje estamos utilizando para constituir fontes históricas, consolidar a memória institucional e contribuir no processo de formação da cidadania ao disponibilizar essa informação organizada à Sociedade?

Olha, eu acho muito importante. Inclusive, essa pergunta me dá a oportunidade de fazer uma consideração que eu pensei em fazer antes de responder à primeira pergunta, mas não sabia se seria bom, se essas perguntas não deveriam ser respondidas de maneira mais fechada... mas depois, eu fui vendo pela entrevista que o modelo é mais flexível. Eu queria lhe agradecer pela oportunidade de estar prestando esse depoimento, e pelo grande trabalho que você está fazendo, independente do relevo que ele vai ter para a sua dissertação, para o seu estudo pessoal, mas porque ele vai corporificar um documento, um registro, uma memória. Nós todos aqui somos passagem, nós vamos embora, a instituição fica. Há um poema muito interessante de Catulo da Paixão Cearense, em que um menino pequeno vai andar de trem pela primeira vez com o pai, e quando o trem começa a correr a criança vai vendo os postes passando, as casas passando, tudo passando, os animais, a margem da estrada passando e diz: “Olha papai, tá passando tudo tão rápido, e só a gente aqui parado”. E todos no vagão do trem caem na risada com a inocência da criança, mas havia no vagão um poeta, que diz o seguinte: “Nós somos tolos, nós rimos da criança e, no entanto, cometemos o mesmo erro que ela quando dizemos que o tempo passa, mas nós é que passamos...”. Então, essa memória é importante para que se possa, digamos assim, fotografar essa paisagem na janela, que daqui a pouco já não será a mesma.

21) Acredita que a metodologia da História Oral poderá tornar-se uma prática exequível em prol do engrandecimento da Instituição TRF 5ª Região?

Eu não tenho dúvidas. Eu não só acredito que ela poderá torna-se, como acho que ela já é uma prática perfeitamente exequível, tanto que você esta conseguindo com tanto sucesso entrevistar a todos nós; e ela engrandecerá não só este Tribunal, mas qualquer Instituição em que se fizer isto. Eu acho que seria interessante, por exemplo, que cada seção judiciária fizesse isso com seus juízes, porque há juízes fantásticos que, infelizmente, não vão chegar ao

Tribunal. Mas dizem que vários mereciam, é verdade, muitos merecem, mas só há quinze vagas. Nós temos grandes juízes que vão se aposentar sem chegar ao Tribunal, como também poucos de nós chegamos a um Tribunal Superior; nós temos o caso do maior juiz que este Tribunal já teve, a meu ver, sem nenhum demérito para os demais, o Desembargador Ridalvo Costa, que não chegou ao Superior Tribunal de Justiça, Supremo Tribunal Federal, mas merecia, claro que merecia; só quem ganhou com isto fomos nós que não perdemos a companhia dele, e que não perdemos essa orientação que ele nos dava, até pela sua própria presença. Essa liderança, no sentido mais elevado e mais bonito que existe, que é a liderança moral, espiritual que ele tinha. A memória de um homem como Ridalvo precisa ser preservada, foi muito bacana, por exemplo, quando ele chegou à aposentadoria, nos fizemos depoimentos escritos e depoimentos gravados em vídeo a respeito dele e que serão, evidentemente, marcados, anexados para as gerações futuras. Isso, também, inspira os novos, porque é evidente que não se vai registrar só as coisas boas, aquilo que agente deseja, mas são essas as coisas que merecem ser registradas mesmo. Eu acho esse tipo de registro histórico possui necessariamente um caráter otimista; eu não vou ficar aqui contando as desgraças da minha vida, eu vou contar fatos importantes, fatos bonitos, fatos que me marcaram e, evidentemente, que me marcaram positivamente, como todos os meus colegas, penso eu, fizeram. Há uma lenda árabe que diz que dois Xeiques caminhavam pelo deserto e se desentenderam, um empurrou o outro, que pegou uma vara e escreveu na areia “Aqui neste local o Xeique, por uma bobagem, empurrou seu amigo”. Mas eles superaram esse desentendimento e voltaram a caminhar por esse mesmo deserto, e aquele sujeito que escreveu na areia passou um grande perigo, e o outro que tinha se desentendido com ele salvou sua vida, e o que foi salvo mandou gravar numa pedra, “Aqui neste local o Xeique salvou a vida de seu amigo”. E aí o outro disse: “Me diga uma coisa, quando eu lhe empurrei, eu lhe fiz um mal, você escreveu na areia, agora que eu fiz o bem você escreveu na pedra”, no que o outro respondeu: “Essa é a grande lição da vida, a gente tem que escrever na areia as coisas sem importância, as coisas que vão passar, que merecem ser esquecidas, mas agente tem que gravar na pedra as coisas realmente importantes, as coisas que merecem ficar.” E a pedra de hoje é o bit, a informação virtual. Quando Victor Hugo escreveu *Nossa Senhora de Paris*, que é conhecida pelo título popular de *O Corcunda de Notre Dame*, ele mostra que as catedrais góticas, verdadeiros monumentos de pedra, representavam a cristalização de todo o conhecimento do homem medieval; cada catedral daquela guarda lições de matemática, física, de arquitetura, de arte, o estudo das proporções, aquilo era o livro de pedra, e quando surge a imprensa, o livro de papel substitui as pedras, como o meio de guardar as coisas e Victor

Hugo diz, “Este matará aqueles, o livro matará a catedral”. No sentido de que a gravação do conhecimento e da história na pedra não era mais necessária, ela foi substituída pelo papel e agora pelas unidades de informação. Então gravar esta entrevista, é gravar na pedra.

22) Para finalizar, gostaria de expressar alguma declaração, numa perspectiva histórica, sobre o Tribunal que não foi ainda abordada?

Olha, eu vou dizer uma coisa, esse Tribunal é uma escola. Eu acho que ele é uma escola para mim, porque desde que eu cheguei aqui eu tenho aprendido muito. Eu comentei com minha família e com meus amigos, que em meu primeiro ano de juiz, eu aprendi tanta coisa, que acho que desde a minha infância que não aprendia tanta coisa nova e em tão pouco tempo. Esse Tribunal nos dá lição de vida todos os dias. Algumas, efetivamente, dessas que precisam ser escritas na areia, mas uma grande parte delas que merecem ser escritas na pedra. Eu tenho aqui aprendido Direito, amizade, paciência, a trabalhar mais ainda em grupo, admirar e respeitar pessoas como, por exemplo, o Desembargador Luis Alberto Gurgel, a quem grande parte eu devo a minha vinda a este Tribunal, um juiz fantástico, uma pessoa que impressiona... como é que um homem tão jovem tem tanto equilíbrio, tanta visão, tanta sobriedade, ponderação? O brilho intelectual e a dedicação ao trabalho de colegas, como Paulo Roberto de Oliveira Lima, que é um juiz impressionante, pela capacidade de trabalhar, pela atenção que ele presta a tudo, pela lógica dos argumentos com que ele trabalha. Você tem aqui pessoas admiráveis, como Margarida Cantarelli, que é uma mulher notável, uma das pessoas mais competentes que já conheci, em todos os cantos em que ela atua e tudo que ela faz é bem feito. Enfim, se eu for desfiar as qualidades dos colegas desse Tribunal, eu terei que enumerar todos os quatorze colegas, porque, efetivamente, é um Tribunal que eu tenho orgulho em pertencer. Eu acho o Tribunal Regional da 5ª Região, um dos melhores Tribunais do Brasil.